

SISTEMATIZAÇÃO DOS PROJETOS COMUNITÁRIOS: REFLEXÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

Simone Loureiro Brum Imperatore¹

RESUMO

O presente artigo aborda a sistematização de projetos comunitários e justifica-se dada a carência de estudos da gestão do fazer extensionista e sua evidenciação. Tem como gênese o realinhamento institucional das quinze unidades de ensino superior mantidas pela Associação Educacional Luterana do Brasil nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte no período 2010-2013 a partir do estabelecimento de uma nova cultura de intervenção comunitária, através da harmonização do arcabouço teórico-conceitual; da definição de fluxos, processos e indicadores; da racionalização de recursos humanos, materiais e financeiros da Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários através de sua Diretoria de Assuntos Comunitários. O objetivo foi estabelecer uma política de Extensão integrada aos projetos pedagógicos dos cursos superiores e aos projetos interdisciplinares das escolas, bem como a reordenação das ações comunitárias vinculadas a projetos. Promoveu-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica e documental visto a insuficiência de registros e, a seguir, delineou-se a pesquisa-ação para diagnóstico, planejamento do estudo, implementação, avaliação e monitoramento. Principais resultados: a) alinhamento de uma nova cultura de Extensão e definição de uma política institucional; b) estruturação de uma arquitetura informacional para registro, avaliação e evidenciação da prática extensionista; c) estabelecimento de uma estrutura de governança descentralizada e participativa; d) racionalização de recursos financeiros, humanos, materiais e de infraestrutura, com a adoção de critérios objetivos de seleção e controle de projetos que culminou com sua qualificação, promoção da interdisciplinaridade e aderência à proposta pedagógica dos cursos; e) integração das 15 unidades de ensino superior. Tais resultados ilustram o êxito obtido e desnudam novos desafios à equipe da Diretoria de Assuntos Comunitários, com destaque ao desenvolvimento de projetos comunitários na educação a distância; na sistematização e precificação da prestação de serviços à comunidade; na modelagem da estratégia de atingimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, no delineamento de indicadores de avaliação da implementação, resultados e impactos.

Palavras-chave: Extensão universitária. Modelos de gestão extensionista. Sistematização de projetos.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis (URI), Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC) e Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social (FEEVALE). Diretora de Assuntos Comunitários da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, descreve-se a experiência da Diretoria de Assuntos Comunitários, vinculada à Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários da Associação Educacional Luterana do Brasil – AELBRA na sistematização de programas e projetos comunitários no período 2010-2013. Justifica-se a temática dada a carência de estudos da gestão e sistematização da Extensão universitária e espera-se, a partir da relato apresentado, contribuir para a qualificação da *práxis* extensionista. Inicialmente sintetiza-se a história da Extensão universitária no Brasil, de forma a posicionar o leitor acerca das reflexões preliminares promovidas na instituição com vistas à definição do conceito, das diretrizes e práticas que balizariam a política institucional e, por consequência, a sistematização pretendida. Na sequência, delimitam-se o escopo e os métodos do trabalho, o conceito e os objetivos da Extensão definidos a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa-ação que envolveu gestores, docentes e colaboradores da instituição. Detalha-se o passo a passo da construção teórico-conceitual e prática da sistematização de projetos comunitários e, por fim, apresentam-se as lições aprendidas e os resultados obtidos.

2 PRIMEIRAS REFLEXÕES: HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Da gênese da Extensão universitária do Brasil à contemporaneidade, o fazer extensionista configura-se como a interlocução da universidade com a sociedade através do trabalho de docentes e discentes. Sua construção histórica, orientada pela tríade concepção acadêmica, regulação do Ministério da Educação e atuação do movimento estudantil e dos Fóruns de Pró-reitores de Extensão, apresenta mais contradições do que convergências na sua delimitação conceitual como elo indissociável (e impreciso) entre ensino e pesquisa; instrumento de diálogo e compromisso social da universidade com a sociedade (FARIA, 2001). Extensão ao mesmo tempo autoritária (FREIRE, 2006) e redentora, que dissemina conhecimentos (para quem não sabe), presta serviços (assistencialismo) e “promove” a cultura, viabilizando uma relação (da universidade)

transformadora da sociedade (SOUSA, 2010). Extensão, ainda, compreendida como balcão de captação de recursos (BOTOMÉ, 1996), como caça-níqueis (DEMO, 2001) e, ao mesmo tempo, promotora da troca entre os saberes acadêmico e popular (TAVARES, 2001).

No que tange ao texto legal, através de leis, decretos, resoluções e ações oficiais, a caminhada extensionista é marcada pela incompletude, pela parcialidade e pelas omissões. Segundo Sousa (2010), do Brasil-Colônia até a Revolução de 30, verifica-se um vácuo na legislação no que se refere à Extensão universitária, destacando-se que o termo Extensão é usado pela primeira vez no Decreto-Lei nº 18.951 (BRASIL, 1931), delimitado por cursos e conferências de caráter educacional e utilitário como difusores de conhecimentos, solução de problemas sociais e propagação das ideias e dos princípios que salvaguardam os altos interesses nacionais, conforme preceitua seu artigo 47. Freire (2014) destaca que tal reforma, em essência, é a reunião de seis decretos que se referem, em grande medida, ao ensino secundário e ao ensino superior com a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras e, apesar de estabelecer um elo entre universidade-sociedade, limita a efetivação da Extensão a cursos e conferências e induz à compreensão de que ensino e pesquisa não precisam mudar.

De 1931 a 1961, observa-se nova lacuna no discurso oficial, sendo a temática Extensão retomada na nº Lei 4.024 (BRASIL, 1961), como atividades que as universidades podem executar na forma de cursos, conferências e prestação de serviços. A parcialidade com que a Extensão é definida nos documentos legais do período resulta da implantação de modelos educacionais exógenos, notadamente marcados pela influência europeia, pautada por cursos e conferências, e norte-americana, direcionada para a prestação de serviços (no caso brasileiro, a assistência técnico-rural).

Cabe destacar que o primeiro Plano Nacional de Educação (Brasil, MEC, 1962) não contempla a Extensão, que novamente será referida no Decreto-Lei nº 252/67 (BRASIL, 1967) como difusora dos resultados de pesquisas e promotora de eventos técnico-científicos. Em 28 de julho de 1968, através do Decreto-Lei nº 62.927 (BRASIL, 1968), foi instituído o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, sob o gerenciamento do Ministério do Interior e abrigo das Forças Armadas, como promotor da participação acadêmica na integração nacional através de “serviços de

desenvolvimento”, da interiorização da universidade e da preparação do universitário para o exercício da cidadania, entre outros princípios elencados no texto legal (BRASIL; MINTER, 1974:64)². No mesmo ano, a Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro (BRASIL, 1968), que trata da reforma universitária, reafirma a ação extensionista como conjunto de cursos e prestação de serviços, tornando-a obrigatória em todas as instituições de ensino superior. À universidade é delegada uma função social a serviço do Estado.

Data de 1975 o primeiro Plano de Trabalho da Extensão Universitária (Brasil, MEC/DAU, 1975), o qual referencia sua operacionalização, estabelecendo como prioridades o Projeto Rondon, o Campus Avançado, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, os projetos de integração das universidades nas comunidades e de integração Escola-Empresa-Governo (estágios curriculares). O referido plano apenas institucionaliza e propõe formas de coordenação das atividades existentes, não contribuindo para a evolução, quer conceitual, quer prática, das ações extensionistas.

Observa-se nova lacuna na cronologia legal sobre Extensão até 1990, quando, através do Decreto-Lei nº 99.678, de 08 de novembro de 1990 (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1990), é criada a Divisão de Extensão e Graduação, que passa a coordenar em nível nacional a política e a prática extensionista. Em 1993, institui-se o Programa de Fomento à Extensão Universitária³ (BRASIL, MEC/SCNESU/DPES/COMISSÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1993), que contempla o conceito de Extensão construído pelo Fórum de Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas em 1987, apresenta sugestões sobre a organização estrutural da Extensão nas universidades e propõe o seu desenvolvimento através de programas, projetos e atividades.

Na sequência, sucedem-se políticas e planos de Extensão Universitária decorrentes da articulação do Ministério da Educação e dos Fóruns de Pró-reitores, pautados pela redefinição de sua dimensão acadêmica e efetiva institucionalização/sistematização; pelo resgate do papel da Extensão como instrumento de transformação social; pelo fortalecimento da sua relação com as políticas públicas; pelo esboço de sistemas de avaliação e monitoramento da Extensão

² O Projeto Rondon, da forma como foi concebido, existiu até 1989.

³ Interrompido em 1995 e retomado a partir de 2003 sob a denominação de Programa de Extensão Universitária.

universitária; pela proposição, mesmo que incipiente, de políticas de financiamento de caráter público, universal, transparente e continuado. Objetivamente, o Edital PROEXT 2015, ao contemplar as universidades comunitárias na política de financiamento público da Extensão universitária, associado às diretrizes do Plano Nacional de Educação 2015-2024, norteia novas perspectivas e evidencia um novo *ethos* da Extensão no país, quer no seu financiamento, quer na curricularização de programas e projetos e outras ações.

A participação do movimento estudantil confunde-se com a própria história da Extensão no Brasil. Conforme Sousa (2010, p. 23), “Não existe nenhum exagero ao afirmar-se que a Extensão Universitária no Brasil deve sua origem ao Movimento Estudantil”. Do Brasil-Colônia ao Estado Novo, observa-se a participação discente nos movimentos políticos tangibilizada na ação extensionista através de fóruns, congressos e conferências. Do Estado Novo ao Golpe de 64, destaca-se a elaboração, pela União Nacional dos Estudantes, do Plano de Sugestões da Reforma Educacional Brasileira de 1938, que apresenta a Extensão como função acadêmica, o que se consubstancia no texto da Lei nº 5.540/68.

O Movimento Estudantil propunha, ainda, uma universidade comprometida com a sociedade através da preocupação e do atendimento das demandas sociais, concretizada através de Universidades Populares. O texto legal, entretanto, não contempla a proposta de Universidades Populares e delimita a ação extensionista como prestação de serviços, esvaziada de significado político. Alfabetização de jovens e adultos, campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, movimentos de cultura popular são os legados da ação extensionista do movimento estudantil do período.

Em 1968, a Extensão foi institucionalizada pelo Estado por força da Reforma Universitária, desviando a mobilização do movimento estudantil para os programas governamentais, gerando sua apatia. Sousa (2010, p. 51) destaca que “A presença discente na Extensão Universitária, neste período, principalmente pós-68, deixou de ser vanguarda e tornou-se caudatária das diretrizes do Estado e das IES”. Hoje, por consequência, temos a participação de acadêmicos em ações extensionistas voltadas a programas de voluntariado, cursos e eventos, bolsas e estágios, com maior ênfase na integralização curricular obrigatória e de horas complementares. A Extensão

universitária, que nasce no movimento estudantil como instrumento de movimento político, cultural, social e cultural da universidade para a sociedade, hoje, tem o *status* de uma tarefa a ser cumprida.

Segundo Nogueira (2005), o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, atuou, de forma articulada e propositiva, na elaboração de duas políticas de Extensão universitária, ambas com a participação do Ministério da Educação: o Programa de Fomento à Extensão Universitária- PROEXTE e o Plano Nacional de Extensão Universitária, respectivamente, em 1993 e 1998. São produtos do PROEXTE o financiamento de programas e projetos aderentes ao conceito de Extensão preceituado pelo Fórum (até 1995); a implantação de um programa de bolsas de Extensão universitária; a abertura de um canal permanente de diálogo IES-MEC; o reforço ao compromisso social das universidades brasileiras; a orientação interdisciplinar da ação extensionista e sua coerência com o projeto pedagógico dos cursos; a parceria das IES com as administrações públicas e as organizações da sociedade civil; a sistematização metodológica a partir de programas e ações articuladas; a definição da avaliação com a participação da comunidade.

A elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária de 1997 – Programa Universidade Cidadã, por sua vez, é posterior às tentativas do Fórum para manter o PROEXTE e alia os eixos temáticos da ação extensionista aos programas governamentais, desconsiderando as diretrizes estabelecidas pelo Fórum desde sua criação em 1987, o que descaracteriza a Extensão universitária sob a forma de programas integrados. O Fórum de Pró-Reitores, após rodadas de encontros e discussões, propõe alterações à proposta do Ministério da Educação e solicita recursos para sua implementação como política de Extensão para as universidades públicas. Sua publicação, em 1999, não veio acompanhada do repasse de cursos solicitado.

Em 1999, fundou-se o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias - FOREXT, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas – ABESC, o qual defende a relevância e a legitimidade das IES Comunitárias nos processos de construção, elaboração e execução de políticas públicas educacionais e sociais para o país.

Em decorrência das ações dos referidos Fóruns, percebeu-se uma articulação das universidades públicas e comunitárias em sistematizar a Extensão Universitária segundo os marcos conceituais delineados, o que proporcionou a padronização de suas ações e alguns avanços significativos: a) a criação do Sistema Nacional de Informações da Extensão Universitária-SIEXBRASIL; b) a elaboração de diretrizes nacionais para avaliação da Extensão universitária; c) a consolidação da ação extensionista em áreas temáticas e programas; d) a criação da Rede Nacional de Extensão – RENEX; e) a elaboração de Planos Nacionais de Extensão a partir de 2003 com apoio do MEC (o último data de 2012); f) a liberação de recursos governamentais para três projetos: o Sistema Nacional de Informações – SIEEX, a Avaliação da Extensão Universitária e a Flexibilização Curricular; g) a inclusão da Extensão universitária no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES; h) a retomada de editais públicos para financiamento de programas e projetos, incluindo, em 2013, as universidades comunitárias; i) a curricularização da Extensão universitária (10% da carga horária dos cursos superiores) segundo o PNE 2015-2024.

As contradições verificadas no princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-Extensão, na proposta de uma Extensão interdisciplinar numa estrutura curricular pautada pela disciplinaridade; na complexidade e amplitude (e, portanto, imprecisão) do fazer extensionista, mais do que implicações semânticas, denotam uma *práxis* marcada por múltiplas vertentes (lazer e usufruto de bens culturais, complementação de estudos universitários, difusão de resultados de pesquisas/promoção de eventos técnico-científicos, alfabetização de jovens e adultos, extensão rural, estágios curriculares, serviços eventuais, atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia, atividades de propriedade intelectual, exames e laudos técnicos, atendimento jurídico e judicial, atendimento em saúde, projetos entre outros), instituídas, em grande medida, como ações individuais desarticuladas da proposta pedagógica dos cursos e com baixa participação discente. Entretanto, denotam um avanço na concepção da Extensão Universitária e na interlocução entre o Ministério da Educação e as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas. Nesse contexto, a afirmação (e reafirmação) da Extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e

indispensável na formação do aluno e na qualificação do professor, pressupõe, ainda, um longo caminho a trilhar.

O breve resgate da história da Extensão universitária no Brasil aqui apresentado teve por objetivo sintetizar a discussão preliminar promovida pela equipe gestora da Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários da AELBRA quando da definição da política institucional das mantidas da AELBRA e da sistematização dos projetos comunitários, conforme relatado a seguir.

3 DELIMITAÇÃO DO ESCOPO E MÉTODO DE TRABALHO

Nas quinze instituições de ensino superior mantidas pela AELBRA, dadas sua confessionalidade e natureza comunitária, a Extensão pauta-se pelo compromisso institucional de disponibilizar os produtos do ensino e da pesquisa à sociedade através de projetos comunitários, prestação de serviços, cursos e eventos técnicos, científicos e culturais. Uma experiência de 42 anos (1972-2014), cuja concepção e orientação foram delimitadas pelo marco regulatório do Ministério da Educação, pela política nacional de Extensão universitária e, principalmente, pelo compromisso social da AELBRA manifesto em seu PDI.

No entanto, ações que não tinham uma diretriz institucional em unidades que preceituavam conceitos (e estágios) diversos de práticas extensionistas, além de registros parciais e/ou insuficientes que comprometiam a mensuração e a evidenciação de sua relevante contribuição às comunidades em que a universidade está inserida. Esta foi a situação-problema proposta pelo Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários à nova equipe da Extensão em outubro de 2010: sistematizar a Extensão universitária nas quinze unidades de ensino superior, sitas no sul, no centro-oeste e no norte do país, integrando-a com ensino, pesquisa e rede de escolas.

O desafio aparentemente consistia na remodelagem do Sistema de Informações da Extensão - SISDEX, repositório dos registros e das evidências dos projetos extensionistas realizados no período de 2004 a 2010. No entanto, reflexões preliminares do grupo de trabalho envolvido (Coordenações de Extensão, Gerente de Projetos e Assessores de Extensão) revelaram a

necessidade basilar de analisarmos a concepção e a *práxis* extensionista em cada uma das unidades de ensino superior, para alinharmos as diretrizes institucionais, definirmos os indicadores de avaliação e fluxos processuais que culminariam com a remodelagem do SISDEX. Eis, objetivamente, a delimitação de nosso ponto de partida/escopo do projeto que intitulamos *Sistematização de Projetos Comunitários*.

Validados o escopo e a equipe de trabalho com o Pró-reitor em exercício, efetuamos um levantamento amostral dos registros e das evidências dos projetos extensionistas, através de relatórios sociais e registros no SISDEX, que subsidiassem a fundamentação metodológica e o planejamento da pesquisa-ação. Concomitantemente, delineamos um roteiro de entrevistas com coordenadores e professores, com vistas a diagnosticar as abordagens e o conceito de Extensão, os fluxos operacionais e os critérios de seleção de projetos, a integração da ação extensionista aos projetos pedagógicos dos cursos e sua interlocução com a realidade social do entorno, além do conhecimento docente acerca da Política Nacional de Extensão.

Foram entrevistados seis Coordenadores de Extensão, representando unidades do sul, do norte e do centro-oeste, oito coordenadores de curso das unidades do sul (definidos pelo critério de acessibilidade), dez professores da unidade de Canoas e um Assessor de Extensão. A amostragem foi intencional, considerando unidades com maior e menor número de projetos por região, coordenadores de cursos com relevante trabalho extensionista ou inexistente e professores com e sem experiências extensionistas registradas, de forma paritária. Concluímos que a ação extensionista observada era fruto da iniciativa e da experiência de alguns professores, especialmente da área da saúde e das licenciaturas, desarticulada da proposta pedagógica dos cursos e com mínima ou inexistente participação discente. Coordenadores e professores não demonstraram conhecimento da Política Nacional de Extensão, salvo uma exceção, e a carga horária era rateada nas unidades a partir de critérios meramente orçamentários.

A análise dos registros, por sua vez, evidenciou registros parciais e/ou incompletos, inexistência de avaliações de resultados. A confusão conceitual pesquisa-extensão também ficou evidente, considerando o número de projetos de pesquisa classificados como extensionistas. A partir da compilação dessas informações, delineamos um plano de trabalho que universalizou as

reflexões acerca do conceito e das práticas de Extensão, a definição de programas institucionais, a ressignificação do papel e dos objetivos da Extensão Universitária, a delimitação de papéis e atribuições da equipe de trabalho, bem como de fluxos e processos operacionais, indicadores e relatórios, conforme descrito a seguir.

4 PRIMEIRA REFLEXÃO: CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Dedicamo-nos à pesquisa bibliográfica do conceito de Extensão e de sua contextualização histórica no Brasil com vistas a subsidiar a discussão do conceito de Extensão a ser adotado institucionalmente. Faria (2001), Sousa (2010), Silva e Rausch (2010), Nogueira (2005), Pozzobon e Busato (2009) foram as principais autoras consultadas, além do arcabouço legal vigente (LDB, SINAES, PNE), publicações da Rede Nacional de Extensão e do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, com destaque para a Política Nacional de Extensão Universitária, além de documentos institucionais (PPI, PDI, Projetos Pedagógicos dos Cursos, Relatórios Sociais, outros) e diretrizes para a Extensão Universitária da ONU.

Os debates com docentes e coordenadores apontavam a edificação de uma prática coerente com o compromisso social institucional e de forma integrada à proposta pedagógica dos cursos. Nesse esforço de delimitação conceitual, optamos pela adoção do conceito de Extensão do FORPROEXT, a saber:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2004).

Na sequência, a equipe da Diretoria de Assuntos Comunitários estabelece como premissa o (re) alinhamento dos projetos extensionistas à proposta pedagógica dos cursos, com ênfase no equacionamento de problemas sociais, tendo por critérios: a) a natureza extensionista do conjunto de ações propostas; b) a coerência com a Política Nacional de Extensão Universitária e os

normativos legais e institucionais; c) a contribuição para a formação acadêmica e cidadã de estudantes de todas as áreas de conhecimento; d) a relação dialógica da universidade com a sociedade; e) a relevância social, econômica e política dos problemas abordados e segmentos sociais envolvidos; f) a geração de eventos acadêmicos e produção científica.

Para a sua implementação, a equipe dedicou-se, por sete meses, à avaliação da realidade de cada uma das quinze unidades de ensino superior mantidas pela AELBRA. Nossa avaliação contemplou: projetos pedagógicos dos cursos de graduação ofertados; projetos comunitários realizados no período de 2004-2010 (resultados obtidos, evidências existentes); levantamento de diagnósticos regionais para comparação entre o proposto pela unidade e as carências verificadas com as releituras de indicadores econômicos, sociais e culturais, com o diálogo com entes públicos e parceiros locais (atuais e potenciais), infraestrutura existente de cada unidade e potencialidade de mobilização dos alunos e dos professores.

Desse estudo, foram definidos onze programas institucionais a partir do diálogo com os diferentes públicos de interesse: 1) Acessibilidade; 2) Ações Culturais e Artísticas; 3) Comunicação, Mídia e Marketing; 4) Desenvolvimento Regional; 5) Educação e Formação Profissional; 6) Gestão Pública e Institucional; 7) Meio Ambiente e Sustentabilidade; 8) Memória Social e Patrimônio Cultural; 9) Qualidade de Vida e Saúde; 10) Tecnologia, Produção e Inovação; 11) Violência e Direitos Humanos.

5 SEGUNDA REFLEXÃO: QUAL O PAPEL E OS OBJETIVOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?

Sousa (2010) define como papel histórico da Extensão aproximar a Universidade da Sociedade. Demo (2001), por sua vez, afirma que a Extensão quer responder ao desafio político na formação universitária através de uma política social do conhecimento que garanta à sociedade o acesso à capacidade de manejar conhecimento, tomando a este como vantagem comparativa decisiva. Pozzobon e Busato (2009) destacam que a Extensão

“É a interação do social e do institucional, em diferentes dimensões, e tem o objetivo de difundir o conhecimento, fruto das reflexões feitas acerca dos temas que envolvem formação de professores, universitários e da comunidade. O conhecimento produzido é um bem público e, por isso, o compromisso de sua socialização é parte integrante de uma instituição de ensino”.

Ampliando-se as reflexões a partir da integração de docentes convidados na equipe de trabalho e do intenso diálogo com outras universidades comunitárias, foram definidos como objetivos da ação extensionista: a) realizar a Extensão universitária de forma institucional, interdisciplinar e *multicampi*, contribuindo para o equacionamento de problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade, em especial, os vivenciados nas comunidades em que a universidade está inserida; b) contribuir para o aprimoramento da formação ética, cidadã, política, científica, técnica e cultural dos discentes, docentes e colaboradores da universidade; c) promover a troca entre os saberes sistematizado, acadêmico e popular.

A partir da reconfiguração da Extensão nas mantidas da AELBRA, procedeu-se à definição dos papéis e das atribuições de professores, coordenadores de curso, coordenadores de Extensão, diretores de *campi*, Diretoria de Assuntos Comunitários e Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários, com vistas a delinear uma estrutura de governança transparente e equitativa. Definidos o conceito, os programas institucionais, os objetivos, os papéis e as atribuições da equipe extensionista, a sistematização dos projetos comunitários conjugou as necessidades informacionais relacionadas ao monitoramento e ao controle, ao SINAES, à prestação de contas ao Ministério da Justiça - Certificado de Utilidade Pública, Ministério da Educação - CEBAS, Relatórios Sociais, entre outros.

6 TERCEIRA REFLEXÃO: A SISTEMATIZAÇÃO DA AÇÃO EXTENSIONISTA

A sistematização operacional dos projetos comunitários teve início com a estruturação do regulamento de Extensão⁴ que sintetizou a política institucional para as unidades de ensino

⁴ Disponível em: <<http://www.ulbra.br/extensao/files/regulamento-de-extensao-2014.pdf>>.

superior mantidas pela AELBRA. Na sequência, aprovaram-se o direcionamento orçamentário (carga horária docente), a priorização de desenvolvimento de ações extramuros - projetos comunitários, a ampliação da participação discente nos projetos e a alocação de carga horária extensionista orientada por editais anuais com universal participação docente e critérios objetivos.

Estabeleceu-se, ainda, uma estrutura de governança, monitoramento e avaliação com efetiva participação de docentes, coordenadores de Extensão das unidades, Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários e comunidade externa a partir da definição de fluxos e processos de cadastramento, deferimento, monitoramento, avaliações e evidenciação de projetos comunitários. Consolidado o trabalho e validado pela equipe da Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários, em 2011, apresentamos à Direção de TI a proposição de um novo *software* de gerenciamento de informações de projetos que contemplava a política, a prática extensionista/comunitária e a remodelagem de fluxos operacionais decorrentes da reconfiguração de informações e indicadores de gestão.

De 2011 a 2013, trabalhamos, simultaneamente, na reflexão da política e da prática extensionista com os docentes das quinze unidades de ensino superior e na validação e publicização do seu marco orientador: o regulamento da Extensão, aprovado em CONSUN. Também investimos na instrumentalização docente acerca do SISDEX como instrumento gerencial. O trabalho culminou com a delimitação de indicadores dos projetos comunitários, conforme apresentado no quadro 2.

Metas	Indicadores
1- Caracterização da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos	% Cursos que contemplam a Extensão e suas ações nos respectivos Projetos Pedagógicos.

Metas	Indicadores
2- Consolidação da Ação Extensionista	<ul style="list-style-type: none"> - Carga horária total/anual definida para Projetos Comunitários - Carga horária média por docente: total de carga horária deferida/número de docentes contemplados - Carga Horária deferida para professores TI - Carga Horária deferida para professores TI/carga horária total Extensão - Carga horária/programa ULBRA - Número de projetos propostos/unidade - Número de bolsas de Extensão em relação ao todo de discentes envolvidos em projetos comunitários - Número de bolsas de Extensão - Parcerias: Número de parcerias firmadas com entidades públicas - Parcerias: Número de parcerias firmadas com entidades privadas - Parcerias: Número de parcerias firmadas com outros... especificar - Fontes de Financiamento: % financiamento ULBRA; % financiamento outros - Produção acadêmica advinda de projetos comunitários (qtd) - Número de alunos da graduação que participam em projetos comunitários
3- Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Públicos atendidos pelos projetos sociais: perfil e quantidade - Número total de pessoas atendidas em projetos comunitários - Prestação de serviços: natureza, número e qualidade dos atendimentos - Efeito da interação resultante do programa/projeto nas condições de vida dos segmentos sociais envolvidos (sociedade, acadêmicos, docentes).

Quadro 2 – Indicadores Projetos Comunitários

Fonte: Regulamento da Extensão, Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários (2012)

O processo de monitoramento e avaliação contemplou duas avaliações durante o ano: uma parcial em junho e a final em novembro/dezembro. Nas avaliações (parcial e final), o professor apresenta as ações realizadas e as coteja com o inicialmente planejado/proposto, justificando o atendimento parcial ou o não atendimento, quando for o caso. Os bolsistas de Extensão, no processo de seleção de bolsas, apresentam seu plano de trabalho no projeto e, em novembro, também fazem a avaliação do projeto e do professor coordenador. Encontra-se em fase de desenvolvimento o instrumento de avaliação dos projetos pelos públicos beneficiados e pelas entidades parceiras, condição *sine qua non* para a avaliação sistêmica dos projetos desenvolvidos.

Em 2013, o Escritório de Captação de Recursos para Projetos começou suas atividades, de forma a trabalhar na captação de recursos financeiros para os projetos em desenvolvimento, a fim de ampliar suas atividades e/ou número de atendidos, bem como estabelecer parcerias. Em 2014, começamos o trabalho de alinhamento dos projetos interdisciplinares com a rede de Escolas ULBRA (17 escolas), com vistas à integração de ações entre ensino superior e escolas, instrumentalização docente e registro dos projetos interdisciplinares desenvolvidos, com ênfase no atendimento à Resolução CNE/CEB 02/2012.

7 LIÇÕES APRENDIDAS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção coletiva e corresponsável que teve início em 2010 superou inúmeros obstáculos, de problemas orçamentários a resistências culturais e mudanças na gestão de TI e da Pró-reitoria Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários, que implicaram atrasos e recomeços. Atingimos o alinhamento das diretrizes institucionais e a visão sistêmica do fazer extensionista em todas as quinze unidades de ensino superior mantidas pela AELBRA e destacamos os resultados obtidos com a implementação da sistematização de projetos comunitários.

- a) Alinhamento de uma nova cultura de Extensão universitária e definição de uma política institucional.
- b) Estruturação de uma nova arquitetura informacional para registro, avaliação e evidenciação da prática extensionista (implantada em 2013).
- c) Formalização operacional da referida política e dos fluxos operacionais: regulamento de Extensão, editais anuais, planos de trabalho, papéis de trabalho, documentação e evidências da ação extensionista, com ênfase nos programas e projetos.
- d) Estabelecimento de uma estrutura de governança descentralizada e participativa, inclusive com integrantes externos na comissão interdisciplinar de avaliação de projetos.
- e) Democratização da carga horária destinada a projetos comunitários, com o acesso universal de docentes a partir de editais anuais.

- f) Instrumentalização docente acerca do conceito, da política e das práticas extensionistas.
- g) Racionalização de recursos financeiros, humanos, materiais e de infraestrutura, com a adoção de critérios objetivos de seleção e controle de projetos.
- h) Redução do número de integrantes da equipe de projetos da Diretoria de Assuntos Comunitários resultante da clara delimitação de papéis e atribuições, da descentralização e corresponsabilidade dos processos, do controle social de entidades parceiras.
- i) Efetividade de controles internos através de relatórios e pareceres, o que implicou o redirecionamento de recursos investidos em carga horária extensionista, dada a suspensão de projetos ineficientes e ou ineficazes, e, ainda, de projetos cuja natureza não se amparava nas diretrizes da Extensão universitária⁵.
- j) Estruturação de relatórios de gestão com vistas à prestação de contas aos órgãos reguladores, à sociedade, aos parceiros e à Reitoria.
- k) Visibilidade da relevante contribuição social da AELBRA às comunidades em que está inserida, com a melhora de sua imagem e a ampliação das parcerias.
- l) Instituição do Escritório de Projetos com vistas à captação de recursos externos via editais para ampliação e diversificação do financiamento da ação extensionista.
- m) Integração das 15 unidades de ensino superior e 17 escolas, englobando sul, norte e centro-oeste do Brasil.
- n) Formatação do curso-piloto GPROJETOS para instrumentalização docente.
- o) Estruturação de eventos comunitários integrados sobre as temáticas violência e direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, cultura, responsabilidade social, relações étnico-raciais em todas as unidades de ensino superior.
- p) Reedição do Salão de Extensão e instituição do Prêmio de Extensão Universitária em 2014, contemplando as categorias de cursos e eventos e projetos comunitários, com vistas ao compartilhamento de experiências entre as quinze unidades de ensino superior.

⁵ Em 2014-1, a Diretoria de Assuntos Comunitários gerenciou, juntamente com as coordenações locais de Extensão, 101 projetos comunitários, com alocação de 532 horas semanais de Extensão em suas quinze unidades de ensino superior. Somem-se outros 89 projetos voluntários desenvolvidos, além da prestação de serviços à comunidade.

Novos desafios apresentam-se à equipe de projetos da Diretoria de Assuntos Comunitários, com destaque: a) à integração dos programas e projetos comunitários aos projetos pedagógicos de todos os cursos; b) ao desenvolvimento de projetos comunitários nos cursos EAD com o uso de TICs; c) à sistematização e precificação da prestação de serviços à comunidade (clínicas-escolas, atendimento jurídico, assessorias e consultorias, entre outros) para fidedigna evidência contábil; d) à adaptação do SISDEX às especificidades da Rede de Escolas e Pastoral; e) à reavaliação dos indicadores de avaliação (operacionais e de resultado), bem como à discussão acerca de indicadores de impacto; f) à instrumentalização dos docentes na elaboração, no gerenciamento, no monitoramento e na avaliação de projetos comunitários; g) à consolidação e ampliação das atividades do Escritório de Projetos para captação de recursos para financiamento da ação extensionista; h) à curricularização da Extensão em atendimento à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

- BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da Extensão universitária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.
- CHRISTENSEN, Clayton M.; EYRING, Henry J. **A Universidade Inovadora**: mudando o DNA do ensino superior de fora para dentro. Porto Alegre: Bookman, 2014.
- DEMO, Pedro. Lugar da Extensão. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.
- ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice**: Universidade – Indústria – Governo Inovação em Movimento. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2009.
- FARIA, Dóris Santos de. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Silene de Moraes. **Desafio da Extensão Universitária na Contemporaneidade**. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/viewFile/3670/2586>>. Acesso em: 12 out. 2014.

JARA H, Oscar. **A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis**. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

POZZOBON, Maria Elizete; BUSATO, Maria Assunta. (Orgs.). **Extensão Universitária: reflexão e ação**. Chapecó: Argos, 2009.

SILVA, Neide de Melo Aguiar; RAUSCH, Rita Buzzi .(Orgs.). **Extensão Universitária: movimentos de aproximação entre a sociedade e universidade**. Blumenau: EDIFURB, 2010.

SOUSA, Ana Luiz Lima. **A História da Extensão Universitária**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Os Múltiplos Conceitos de Extensão. IN: FARIA, Dóris Santos de. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.